

TRAJETÓRIAS DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS NO ACESSO A TERRA NA REGIÃO DO VALE DO JUARI, ESTADO DO TOCANTINS –BRASIL

“Migram as sementes nas asas do vento, migram os pássaros de continente a continente, mas mais do que todos, migra o próprio homem”.
(João Batista Scalabrini)¹

Adelma Ferreira de Souza²

Eonilson Antonio de Lima³

Resumo

Este artigo pretende analisar as trajetórias e estratégias de famílias camponesas para garantir a posse da terra e sua reprodução social. Trata-se de um estudo sobre os processos contrários do que vem ocorrendo, de migrações de trabalhadores rurais em busca de trabalho, devido à expansão do agronegócio e das políticas econômicas agroexportadoras. Busca, portanto, analisar a reconfiguração do território Vale do Juarí, que entre os anos 60 e 80, era marcado por latifúndios, mas com organização dos camponeses, esta região passa a ser definida por vários assentamentos rurais. O trabalho tem a finalidade também, de entender os processos sócio-político e econômicos que provocaram a maciça migração de camponeses dos Estados do Nordeste, Sudeste e Sul do Centro-oeste para região Norte do Brasil e as estratégias destas famílias para garantir o acesso a terra. O método utilizado na pesquisa foi História Oral, utilizando as técnicas de entrevistas, relatos orais, história de vida. Os dados foram analisados na perspectiva da abordagem dialética.

Palavras-chave: Migrações Rurais, Luta pela terra e Assentamento Rurais.

Introdução

Nas últimas décadas tem aumentado o contingente de camponeses se deslocando em busca de trabalho como estratégia para manter suas necessidades materiais de sobrevivência, sejam em migrações internas ou migrações para fora do país, como é o caso dos Brasilguaíós que migram em busca de terra, emprego e moradia e dos mexicanos que estão procurando emprego nas fazendas dos Estados Unidos.

A migração não é um fenômeno novo, esta possui diversas matizes, uma complexidade de situações que implicam na realização de sua análise. Fatores históricos

¹Texto retirado do site <http://inscal.blogspot.com.br/2009/06/migracoes-rurais-no-brasil-velhas-e.html>

² Antropóloga INCRA, SR-26, Doutoranda em Ciências Sociais em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas-Unicamp.

³ Professor de História, Secretaria Estadual de Ensino-SECAD-TO. Mestrando em História na Universidade Federal do Goiás, UFG.

têm motivado as migrações no Brasil, especialmente a partir de meados do século XIX. A criação da “Lei de Terras” em 1850, que instituiu a propriedade privada da terra e possibilitou após três décadas fim da escravidão, entretanto excluiu do acesso à terra milhares de ex-escravos e camponeses posseiros. Tal fato motivou a implantação da política de migrações estrangeiras de Colonos em substituição à mão de obra escrava.

Deste modo, Martins (2004:14), explica que “a nossa história social desde a dissolução da sociedade escravista tem sido essencialmente uma história de desincorporação daqueles que o trabalho livre descartou ou tornou descartáveis”. Portanto, migrar foi o que restou às populações pobres, negras e rurais desse país para regiões ainda pouco ocupadas como estratégia de sobrevivência.

Ao longo do século XX, ocorreram mobilidades internas no país de diversos sujeitos sociais para diferentes espaços desencadeando uma complexidade destes processos sociais. Entre fatores estruturais no caso do Brasil que produziu as migrações, já apresentadas por importantes estudos sobre migrações geradas por desigualdades regionais como o de Lopes, (1971), Singer, (1973) e Santos, (1994). Outros estudos marcam as migrações que são desencadeadas por desigualdades sociais e econômicas, determinadas por processos econômicos, a citar Oliveira, (1977). Mas foi a partir da década de 80 que ocorreram com maior frequência as análises da questão das migrações, como processo social e reprodução camponesa, assim, estes levam em consideração o protagonismo dos migrantes e os significados da migração para esses agentes sociais.

Dentre os principais estudos sobre a migração, como resistência e forma de emancipação dos camponeses, podem ser destacados os de Afrânio Garcia Júnior (1990), Marilda Menezes (1985) e (2002), Klaas Woortmann (1990) Maria Aparecida de Moraes e Silva (1992) e (2005). Para estes, migrar nem sempre significa o deslocamento definitivo dos indivíduos ou famílias, ou condição de sujeição ao capital, mas se apresenta para os trabalhadores como possibilidade da reprodução da sua condição camponesa.

A partir dos anos 90 o fenômeno da migração está sendo potencializado pela fase expansiva do capital para os países e regiões ainda consideradas em desenvolvimento. Observa-se a ocorrência de uma ação articulada do capital mundial reordenando as formas de produção e conseqüentemente de métodos, para a contínua acumulação de capital, provocando a fragilização dos trabalhadores e precarização dos direitos já conquistados.

No Brasil, como em também em outros países da América Latina, presenciamos a expansão dos projetos de agronegócio, mineração, hidrelétrica e grandes projetos imobiliários que demandam grandes extensões de terras degradando os territórios já ocupados por populações tradicionais: quilombolas, camponeses e indígenas. Fragilizando assim, os trabalhadores que migram a procura de trabalho, visto que, este se encontra na fase “móvel e mutante”. Nesta perspectiva, nota-se que estes contínuos processos de acumulação do capital estão transformando os trabalhadores em “cavaleiros errantes”, sempre migrando em busca de terra e trabalho.

O escopo deste trabalho é, portanto, analisar a questão da migração no contexto estudado como processo distinto do que está acontecendo, uma vez que busca entender as condições históricas responsáveis pelo processo de migração de camponeses para região do norte goiano, atual Estado do Tocantins, que produziu relações sociais dialéticas de expropriação e resistência, materializadas pela luta e conquista da terra.

A discussão foi organizada em dois aspectos da migração: Primeiro, perpassa as trajetórias migratórias dos núcleos familiares até chegarem à região do Vale do Jauri, antes e depois da construção da Rodovia Federal BR 153. Segundo aspecto da análise discutirá como emergiu e transcorreu a luta pela terra nessa região protagonizada por estes sujeitos na década de 80.

Portanto, pretende-se analisar os desdobramentos das ações de ocupação de terras na região denominada “Vale do Jauri”, através do que Menezes (2009), define como a *dialética da migração*⁴, ou seja, análise da migração como reposta às necessidades materiais de sobrevivência e de também manutenção das ilusões de melhoria de vida.

⁴ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MENEZES, Marilda Aparecida. Texto: migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. 2009. Disponível em <http://inscal.blogspot.com.br/2009/06/migracoes-rurais-no-brasil-velhas-e.html>

1. AS TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS PARA O NORTE DE GOIÁS, ESTADO DO TOCANTINS

A área estudada “Vale do Juari”, está localizada na microrregião do noroeste do Estado do Tocantins, antes norte goiano. Para compreender os processos migratórios para a região do Vale do Juari foram realizadas entrevistas com 06 (seis) famílias moradoras nos assentamentos rurais implantados no Vale do Juari, para entender a diversidade de processos migratórios para essa região.

As entrevistas tiveram o objetivo de compreender as trajetórias sociais destas famílias evidenciadas por suas histórias de vida, seus percursos migratórios até a região, bem como, esclarece as suas estratégias para garantir o acesso a terra.

Sabe-se que essa região está relacionada ao histórico de ocupações de terras que vem desde as primeiras décadas do século XX e da expropriação de camponeses de suas posses pelos latifundiários. O processo de ocupação do Antigo Norte Goiano, seus desdobramentos é marcado por profundas contradições resultado dos agentes envolvidos e os distintos processos migratórios ocorridos.

Estas migrações ocorreram de duas formas: espontânea, em busca de terras para cultivo ou direcionada pelo Estado, através das ações de ocupação da Amazônia pelos projetos de colonização e também da expansão do capitalismo agrário. Estas formas de migração levaram centenas de trabalhadores a migrarem para essa região para o trabalho na formação das pastagens de gado.

Observando a trajetória do processo de ocupação do “Vale do Juari”, nota-se que diferentes processos migratórios ocorreram. Ao norte, até a década de 60, a migração era de famílias saindo do nordeste empobrecidas e sem condições de permanecer na pequena propriedade, estimulados por parentes veio “bolando” para Goiás e se instalou nessa região.

Já ao sul do atual Estado do Tocantins, na região do antigo norte Goiano, nas décadas de 60 a 80 as frentes migratórias estimuladas pelas políticas públicas de colonização e ocupação das regiões Centro-Oeste e Norte do país, e de trabalhadores rurais que vieram em busca de trabalho nas empresas capitalistas no campo, apoiadas pelo Estado autoritário, que arregimentou trabalhadores rurais também do Maranhão, do Goiás e de outras localidades no trabalho de derrubada da mata.

Desta forma, analisar as migrações nessa região é falar dos múltiplos caminhos que as famílias fizeram para chegar ao Vale do Jauri e as diferenciadas formas para garantir a sobrevivência e reprodução da unidade familiar, como estratégia de reprodução social camponesa apresentada por Menezes (2009), em seu texto *Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões*, onde o foco da sua análise é “o significado das migrações para os próprios agentes envolvidos nesse processo social”.

A autora argumenta ainda que “eles não são agentes passivos dos fatores de “expulsão” ou “atração”, mas participam ativamente de um processo, que não é exatamente uma processo migratório, mas sim o de reprodução de suas condições de vida “. (MENEZES, 2009: s/n).

Estes processos migratórios para a região do norte de Goiás, em um primeiro momento (até a década de 60) ocorreram de forma contingencial, mas a partir da abertura da BR 153 e da implantação da política do governo brasileiro de ocupação da Amazônia, houve grande massa de camponeses e suas famílias vindas de várias regiões do País migrando para norte de Goiás em busca de melhorar de alguma forma as suas condições de existência.

Durante vários séculos e até a primeira metade do século passado, essa região foi povoada apenas por indígenas e ribeirinhos situados nas margens dos rios Araguaia e Tocantins, que era a principal via de acesso a essa região. Havia também posseiros oriundos do Maranhão e Piauí que migraram em famílias fugindo da pobreza, da seca e da exclusão de terras, pelas trilhas de boiadeiros para as margens de córregos no extremo norte de Goiás em busca terras para colocar roças para produção de alimentos da família e criar gados nas pastagens nativas da região de chapada ou cerrados.

As relações comerciais e sociais ocorriam com o norte e nordeste através desses rios, por onde as mercadorias eram transportadas em barcos, ou por terra em lombo das tropas de cavalos. Essa situação de isolamento e acesso livre às terras devolutas perdurou até a década de 60, sendo rompida pela construção da rodovia federal BR 153. A região ao sul do Estado de Goiás já estava integrada as regiões Sul e Sudeste do país pela estrada de ferro ou rodovias que interligavam as mais diversas regiões produtoras do Centro-oeste aos mercados consumidores do Sul e Sudeste.

Fatos históricos esclarecem que desde início do século XX a região do norte goiano é marcada por populações que migraram em busca de melhorias das condições de vida. São famílias camponesas que vieram de seus Estados de origem como Maranhão e Piauí. As migrações que ocorriam ao norte do norte do Estado de Goiás fazem parte de contexto mais ampla que as populações camponesas vivenciaram em todo território brasileiro com as transformações no campo.

Todos os entrevistados viveram no campo, saíram dos seus locais de origem motivados pela busca por “terras liberadas” para garantir a sua reprodução social, em diferentes contextos sociais. Há famílias que tinham a posse da terra na região onde moravam, mas, ou era inférteis ou insuficientes para garantir a segurança familiar, ou para ampliar a produção, como também encontramos famílias que eram meeiros, arrendatários ou trabalhadores rurais que vivam ou trabalhavam em terras alheias.

Então migrar é uma prática habitual entre as populações campesinas, bem antes das transformações capitalistas no campo, como explica Woortmann (2009: 217) “é parte integrante de suas próprias partes de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa”.

Tanto que, essa condição pode ser percebida na fala da entrevistada, moradora no assentamento Juari, durante a pesquisa de campo.

Naquele tempo (final anos 40) a terra era liberada todo mundo chegava morava onde você quisesse. (...) não era esse rolo que tem hoje, a pessoa chegava achava um lugarzinho, uma cabeceirinha, um corguinho, ali fazia um ranchinho e ia tocar a vida qualquer maneira. (M.S.S, 77 anos).

Estas migrações se efetivaram pelas redes sociais de parentesco ou vizinhança que migravam até encontrar terras livres para produzirem. Após a instalação da família e garantia de sobrevivência com a plantação da roça, davam-se um jeito de avisar os parentes e amigos nos locais de origem que viviam em condições de restrições semelhantes. Conforme aponta no relato da mesma entrevistada:

Tinha um tio, meu irmão ai irmão da minha que ia lá comprar sal em Carolina...Filadélfia...e falou para meus pais vim, mandou carta para minha mãe ai nos vimo. Veio muita família muitos parentes pai mãe, irmãos, tio tia, primos. (M.S.S, 77 anos)

Portanto, estes camponeses já vieram para o extremo norte de Goiás com seus núcleos familiares (pais, mães, tios, primos) na perspectiva de migrar definitivamente para

o local, já que vieram em grupos de gente trazendo tropas mulas com seus pertences nos cargueiros para começar uma nova vida. Vieram do nordeste a pé, pelas trilhas indicadas pelas várias famílias, conforme o depoimento elucidativo dessa entrevistada.

Nasci no município de Carolina, Maranhão, em 1947, vim com pai e minha e 12 filhos, eu era pequeninha não lembro a data.. mudamos pra colinas, naquele tempo era Goiás, só que não tinha Colina era chapada, chapada bruta, eu era mocidade me lembro de passar essa BR aí . Viemos de tropa de Carolina Maranhão, uns de tropas outros de pé, os pequeninhos vinham no meio da carga os grandes vieram caminhando. (M.S.S, 77 anos)

As famílias escolhiam uma “área de cultura” (terras mais férteis) a beira dos córregos onde colocavam suas roças de produtos básicos (arroz, milho, feijão, mandioca) para garantir a sobrevivência da família e vendia parte da produção para comprar o que não era produzido na posse. Uma vez por ano levavam produtos (farinha ou feijão, por exemplo) para as cidades de Filadélfia e Carolina no Maranhão para vender ou trocar por outros produtos e comprar sal. Estes dois municípios têm seus limites geográficos separados pelo Rio Tocantins, localizadas cerca 250 km do Vale do Jauri.

Essa relação esporádica com mercado expressa a independência que esses camponeses possuíam do mercado. O que eles produziam e vendiam no mercado era apenas o necessário para a sua reprodução material e simbólica. segundo chaynov

Neste período, a configuração do espaço no Vale do Jauri era de mata fechada, com piquetes (trilhas) por onde transitavam os camponeses posseiros, tendo as suas casas isoladas no interior da mata. A cidade mais próxima era Couto de Magalhães que fica a uma distancia de 40 km, não havia estradas, apenas piquetes (trilhas no meio da mata). A conexão com outras regiões era por canoas e barcos, que conectavam por Couto de Magalhães à Conceição do Araguaia, Estado do Pará, que está localizada a margem esquerda do rio Araguaia a 100 km da região.

Conceição do Araguaia era também cidade com ponto de comunicação e comércio para os colonos que se instalaram a margem direita do rio Araguaia no Projeto de Colonização Bernardo Sayão distante cerca 35 km do Vale do Jauri. Tal projeto também foi criado no início dos anos 60, pelo Governo de Goiás. (ponto apresentado mais à frente).

A posse de terra no Vale do Jauri e região representava para essas famílias, locais de moradia, lócus de trabalho familiar, em que todos os membros eram envolvidos em um

modelo de organização de trabalho e reciprocidade, cooperação das famílias na realização dos trabalhos domésticos e produtivos com troca de dias, mutirões para derrubada da mata, plantio e colheitas e na fabricação de farinhas. Essas características perduraram até a década de 60, quando pelo sul do estado, chega outras frentes migratórias e principalmente com avanço da agricultura capitalista para esta região, o que comprometeu a permanência e reprodução familiar camponesa.

Posterior aos anos 40, a região norte vira foco de políticas de ocupação da Amazônia pelo Estado brasileiro, influenciado pelo cenário nacional de discussões políticas sobre a reforma agrária, apontadas pelo Partido Comunista Brasileiro-PCB como solução aos problemas fundiários do país. Segundo Cunha (2009:58):

Em 1948, foi lançado o Manifesto de Janeiro, delineando a linha política revolucionária de confronto, que seria reafirmada pelos comunistas com o Manifesto de Agosto de 1950. Nesse meio-tempo, ocorreu um fato notável em nível mundial, com significativo impacto sobre a reflexão dos comunistas brasileiros, especialmente quanto às possibilidades de intervenção no campo: a Revolução Chinesa. Afinal, a China era o maior país do mundo e delineava com sucesso uma estratégia a ser seguida em países como o Brasil, fundamentalmente agrário e, de acordo com as teses partidárias, ainda com restos feudais a serem extirpados. O entendimento do PCB, na ocasião, era que as condições revolucionárias estavam maduras e que bastaria uma fagulha e o campo pegaria fogo. A estratégia vitoriosa na China indicava a possibilidade de sua transplantação ao nosso cenário. Não deixa de ser sintomático que a política a ser seguida era correlata àquele cenário, já que igualmente indicava a criação de áreas liberadas, remetendo a uma estratégia do campo cercando as cidades.

Os governantes com preocupação em diminuir as tensões no campo, após a organização da Liga Camponesa, e com receio da expansão das ações do partido comunista no Brasil entre os camponeses, colocam em andamento os projetos de colonização para o norte e centro-oeste estimulando a migração de enorme contingente populacional para esta região em busca terra. Projetos de expansão econômica, como “A Marcha para o Oeste” foram consolidados nos Estados de Mato Grosso, Roraima, Rondônia, Acre e Norte de Goiás.

Houve ampla divulgação destas ocupações nas rádios de alcance nacional oferecendo terras aos trabalhadores rurais, como cita Carneiro (1998:80) “lavrador sem terra, venha para Goiás, trabalhar na sua terra doada pelo governo”. “Lavrador que não tem terra deve ir para Goiás, só não vem quem não quer trabalhar e ter o que é seu”.

Esta propaganda estimulou grande número de imigrantes para o norte de Goiás após os anos 40. Esses imigrantes eram compostos por camponeses: arrendatários, meeiros, posseiros expulsos ou explorados pelo latifúndio, mas também, de pequenos proprietários que vislumbravam na região a possibilidade de aumentar a propriedade já insuficiente para a reprodução familiar vindos das regiões de Minas Gerais, São Paulo e do sul de Goiás.

Esses imigrantes evadindo das condições de submissão ao latifúndio e empresas rurais vêem no projeto de colonização uma oportunidade de garantir a reprodução social da família através da posse da terra e foram avançando ao norte através das estradas abertas no entorno da Colônia.

Desta forma, na década de 40 foi implantado pelo governo GETULIO VARGAS **de Goiás** o Projeto Colônia Agrícola Nacional de Goiás-CANG, no município de Ceres. O programa consistia na implantação de projetos de colonização para o norte de Goiás e foi uma ação governamental cuja finalidade era ocupar os “espaços vazios” com camponeses oriundos de outras regiões numa perspectiva de uma ocupação planejada e controlada pelo Estado.

Mas devido à morosidade, ineficiência e o desinteresse do Estado em resolver os problemas fundiários, poucas famílias foram cadastradas e incluídas nesses projetos, instigando as famílias que ficaram excluídas do processo expandirem os núcleos de posseiros para outras regiões do entorno.

Cláudio Lopes Maia em um estudo sobre o conflito pela posse da terra na fronteira e a resistência dos posseiros Trombas e Formoso, afirma que “o processo de entrada no Núcleo Colonial era moroso, obedecia a trâmites burocráticos e a uma rigorosa seleção. Tanto assim que, de 1941 a 1944, só foram instalados na região dez famílias”. (MAIA, 2008:54).

De tal modo, os posseiros que não conseguiram ser incluídos na CANG foram descendo mais ao norte em busca de terras férteis instalando na região de Trombas e Formoso que era uma região de baixa densidade populacional apenas com algumas fazendas espalhadas. Mas, não tardaria muito para estes camponeses fossem ameaçados pelo avanço do capitalismo no campo.

O atraso e a falta de interesse político do Estado em solucionar a questão agrária oportunizou ao capital caminhar ao lado dos trabalhadores nas regiões fronteira, emergindo

conflitos em torno da terra. A partir dos anos 50, com chegada dos capitalistas à região impulsionados pela valorização das terras, geradas pela expectativa da criação da capital federal- Brasília, ocasionou o intenso e importante conflito de “Trombas e Formoso”. Conforme Cunha (2009) os conflitos forma iniciados quando os posseiros se negaram a pagar arrendamento de terra em que viviam.

“Os fazendeiros iniciaram a cobrança de arrendo e, paralelamente, teve início a grilagem das terras, processo grandemente facilitado pelo conluio do juiz da comarca de Uruaçu, entre outros personagens, com o proprietário do cartório local. Há também indícios de que outros atores estavam. interessados naquelas terras, como militares (alguns deles golpistas em 1964) e empresas internacionais de mineração (Cunha, 2007, p.168). Mas, diante das muitas dificuldades, os posseiros resolveram não pagar nada e teve início a fase da repressão. (CUNHA, 2009: 59).

A disputa pela posse da terra ocorreu de forma intensa, com a resistência armada dos camponeses que estavam apoiados por lideranças do PCB. Este apoio proporcionou divulgação na imprensa de Goiânia e do Rio de Janeiro e os apoiou também com orientações para luta armada resultando em 12 anos de encontros diretos entre posseiros, grileiros e força policial só terminando quando o governo de governo de Goiás na Gestão de Mauro Borges em fim concede a titulação das terras aos posseiros.

O projeto do capital em expropriar as terras dos camponeses nas mediações da CANG, no norte de Goiás, contou com um agente fundamental na execução das ações expropriatórias que foi o grileiro, uma peça fundamental para intermediar a transferência das terras dos posseiros para os capitalistas. Martins (1986:103), define o “grileiro” como sendo, “o homem que se assenhoreia de uma terra que não é sua, sabendo que não tem direito a ela, e através de meios escusos, suborno e falsificação de documentos, obtém finalmente os papéis oficiais que habilitam a vender a terra a fazendeiros e empresários”.

No enfrentamento ao capital latifundiário, quase sempre resta ao trabalhador posseiro migrar para regiões distantes onde a pressão pela posse da terra ainda não é tão intensa. A vida destes trabalhadores é perambular de um lado para outro em busca do desejo ser livre do jugo do fazendeiro e do arrendo, através da aquisição de sua gleba de terra. Martins (1995:17), explica que “por essa razão, nosso camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante”.

Os posseiros que foram empurrados para as bordas da CANG, excluídos da condição de colonos e que estavam fugindo da violência e dos conflitos agrários que se

estabeleceram na região de Trombas e Formosos, foram rompendo fronteiras expandindo-se rumo ao norte, formando núcleos familiares em Jussara, Uruaçu, Goianésia, Trombas, Formoso Porangatu, Gurupi até chegar ao extremo norte do Estado que pela abertura da BR 153 estabeleceram-se à região no entorno dos Municípios de Guaraí, Colinas e Araguaína, atual norte do Tocantins.

O Fator preponderante no avanço desse fluxo migratório foi em geral, o acesso às terras férteis, como explica Borges (2000: 136), “as terras menos valorizadas encontravam-se no norte do Estado, onde a fronteira agrícola permanecia aberta e as terras devolutas eram abundantes e de fácil acesso”.

Após 1960, o governo de Goiás estende o projeto de colonização e ocupação planejada para mais ao norte de Goiás com a consolidação nessas regiões distantes dos núcleos do Combinado Agroubano-CAU em três regiões: o CAU - 1, no município de Arraias, a oeste de Goiânia e próximo a Brasília; o CAU - 2, em Tocantinópolis; e o CAU-3, em Araguacema, município do extremo norte Goiano.

A CAU-3 foi implantada na região em estudo, denominada Projeto Integrado de Colonização de Bernardo Sayão-PICBS nos anos de 1962, e segundo relato de antigo morador (F, 68 anos) no início cadastraram somente 35 famílias e somente na década de 70 conseguiram cadastrar e incluir as 730 famílias que o projeto comportava.

O retardo para cadastrar mais famílias de colonos durante a década de 60, era o receio dos militares, da entrada guerrilheiros na colônia disfarçados de camponeses, já que, desde início dos anos 60 já havia militantes nas margens do rio Araguaia convivendo com ribeirinhos e também devido à proximidade do PIC Bernardo Sayão com o local onde ocorreu a guerrilha do Araguaia aproximadamente 150 km desta colônia que também ficava próxima rio Araguaia. (quem disse isso?)

Neste contexto, vieram vários grupos de famílias do nordeste e sudeste na expectativa de tornarem-se colonos. Essas famílias migrantes também contavam com redes sociais de parentesco ou laços sociais de amizade que os ajudaram quando chegaram ao seu destino. Como conta a entrevistada, antiga moradora da Colônia Bernardo Sayão.

A gente foi por conta própria até Colinas. Esse povo era gente que tava doida também por terra, muitos deles ficaram em Guaraí, outros ficavam em Gurupi. A gente não quis ficar em Gurupi subimos até Colinas *a gente tinha alguns amigos né*, que também queria essas terras mais pra dentro chegou a colinas nós paramos nos fomos morar na beira do rio capivara

era um terreninho que só tinha três hectares. (Relato Oral, H. M. S, 79 anos). (grifo nosso).

Ela prossegue no seu depoimento dizendo:

“Meu marido conversando em Colinas com um amigo que também tinha saído daqui do sul, não sei como ele tinha chegado a Colinas, encontraram lá e conversando esse amigo dele falou “cé quer terra”, ele falou: “quero”, daí ele disse: “tem um projeto aí do governo aqui pertinho que eles tão dando terra lá e é muita terra num é pouca não”. (Relato Oral H. M. S, 79 anos).

Além das redes sociais estabelecidas no processo migratório, os relatos orais dessas famílias evidenciaram também a presença dos primeiros migrantes que chegaram à região próxima ao Vale do Juari antes da construção da Rodovia Belém-Brasília. Portanto, quando as famílias de Colonos chegaram nessa região de fronteira para se instalar no PIC Bernardo Sayão, já havia famílias de posseiros oriundos do Maranhão residindo na região que migraram em décadas anteriores, como continua a relata a entrevistada:

Meus dois filhos estava com maleita um tinha dois anos e pouco e outro tinha um e pouco (...) eu fiquei lá na beira do capivara (córrego) onde **tinha muita gente que vinha do norte como é que chama maranhão que era divisa tinha muito maranhense** e eles até faziam remédio pros meus filhos eu num entendia nada de maleita vindo lá de Minas Gerais tocada num lugar desse aí . (grifo nosso)

Nota-se que a abertura da rodovia Belém-Brasília nos 60 e início da década de 70, além de estimular os fluxos migratórios do Sudeste, sul do Centro-Oeste e Nordeste para o extremo norte de Goiás, promoveu também o encontro dessas frentes migratórias no contexto da frente pioneira e da frente de expansão no Norte de Goiás. Tanto de posseiros, que peregrinaram por várias regiões em busca da terra, expulsos por grileiros, ou que esquivavam do arrendo, ou porque queria aumentar a gleba de terra submetendo-se a uma lógica de exploração da força de trabalho, como do grande capital escudado pelo aparato estatal e judicial.

Refutando a ideia de linearidade dos deslocamentos populacionais para região do norte de Goiás, aportamos na perspectiva de José de Souza Martins, que chama atenção para debate crítico refletindo sobre o conceito de *fronteira* como lugares sociais diferenciados de ocupação territorial, onde se apresenta dois movimentos distintos e conflituosos que disputam entre si o mesmo território já ocupado anteriormente por sociedades tribais, definidos pelo autor como frente de expansão e frente Pioneira.

Segundo Martins (1980:75), a *frente de expansão* diz respeito ao deslocamento de posseiros, que representa a sociedade nacional (branca) que se expande sobre os territórios tribais. A *frente pioneira* é o movimento fundado pela ocupação empresarial e capitalista do território.

A centralidade desta discussão sobre fronteira está na questão do conflito social que para Martins (1997:150), “a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. (ibid, 1997:150).

Desse modo, a compreensão das frentes de deslocamento das populações sobre a fronteira se apresenta pelo confronto dos diferentes modos de vidas e prática sociais e diferenças de sentidos relacionados à disputa pela terra. No entanto Martins, reforça que “o que temos, nas duas definições, é, antes de tudo, modos de ver a fronteira, diferentes entre si porque são diferentes, nos dois casos, os lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada”. (MARTINS, 1997:152).

Entendemos que os avanços das frentes migratórias ocorrem de forma simultânea de posseiro, trabalhadores e latifundiários capitalistas confrontaram-se em diferentes percepções sobre a terra. Enquanto a terra para o posseiro é lócus de emancipação e segurança familiar, a terra para os latifundiários é mercadoria e forma de reprodução de capital.

Na região estudada aconteceu simultaneamente a frente migratória como estratégia de reprodução social que haviam migrado para essa região bem anterior ao advento da Rodovia, por volta de década de 40, oriundos do Nordeste em busca de terras para plantar e criar gado e outras frentes de imigrantes que chegaram com as políticas de ocupação da Amazônia através dos projetos de colonização.

Neste último caso, ocorreu a migração de pequenos proprietários de terras que queriam expandir suas terras e não conseguiam na sua região devido à valorização das terras depois da expansão do capitalismo no campo, e que chega nessa região na década de

70, mobilizando migração temporária de trabalhadores rurais para a região com finalidade de trabalhar na “forma” das fazendas de gado.

Contudo, se partirmos da hipótese que as frentes demográficas e econômicas não se coincidem e que à frente de expansão antecede a frente pioneira, há tendência a negar o movimento dos camponeses que migraram tanto fora da lógica do grande capital ou de trabalhadores trazidos como força de trabalho.

Desse modo, a chegada do capital nesta região materializada em grandes fazendas pecuaristas transformou as relações sociais no campo e mudou a configuração do território. Fato este que gerou violentos conflitos entre latifundiários e camponeses posseiros pela posse da terra. Visto que, os primeiros transformaram a terra, que era como local de vida e de trabalho, em mercadoria, modificou esta terra de valor de uso em valor de mercado através da introdução e consolidação do capitalismo agrário.

As contradições dessas frentes migratórias para a região Amazônia apresentam diferentes interesses e perfis dos atores envolvidos na disputa destas terras. O crescente aumento do latifúndio ampliou também o número de proletários rurais, efeito das expropriações das terras dos camponeses ou do deslocamento de trabalhadores excedentes dos Estados do nordeste ou de outras regiões do país para o trabalho nas fazendas.

São esses imigrantes: posseiros, trabalhadores rurais, proletários rurais, expropriados de suas posses ou excluídos do acesso à terra, que desencadearam todo o processo de retomada da posse da terra ou recriaram novas formas de reprodução social através da luta pela terra por meio da sua organização política e o enfrentamento ao latifúndio através das ocupações dos latifúndios no Vale do Juari.

2. A LUTA PELA TERRA NA FRONTEIRA: OS ASSENTAMENTOS RURAIS COMO ESTRATEGIA DE MIGRAÇÃO DEFINITIVA NO VALE DO JUARI

O Vale do Juari é um território que abrange os Municípios de Pequizeiro, Couto Magalhães, Juarina e Bernardo Sayão (antigo Projeto de Colonização Bernardo Sayão que se emancipou com a criação do Estado do Tocantins, em 1989) localizados ao noroeste do Estado do Tocantins, por onde perpassa o Rio Juari.

Na década de 80, ocorreu neste território um intenso conflito de terra entre fazendeiros e camponeses concomitante ao conhecido “conflito da região Bico do Papagaio” ao extremo norte de anterior Estado de Goiás, que desencadeou a reconfiguração do território em um mosaico de 25 assentamentos rurais que desde o início dos anos 60 até final da década de 70 foi tomada por latifúndios com entrada do capitalismo agrário na região.

O conceito de *território* aqui entendido é o defendido por Oliveira (2010:74) como “produto concreto de luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência.”. Ou seja, *lócus* de contradição e conflito onde ocorre à luta da sociedade pela a socialização da natureza. Desta forma, o território do Vale do Juari é campo marcado por processos da posse de terras, da expropriação camponesa pela expansão das empresas capitalista, bem como, o espaço da reconquista da posse da terra como estratégia de continuidade da sua condição de camponês.

Os relatos orais das famílias entrevistadas que moram nos assentamentos rurais no entorno do Vale do Juari, evidenciaram que desde anos 40 já havia posseiros no interior das matas a beira dos córregos nesta região, vivendo das roças para o sustento da família onde hoje estão localizados os assentamentos rurais: Juari, Juarina, Progresso, Nossa Senhora Aparecida e Nova Esperança. Esses *camponeses-posseiros* vieram do nordeste, mais específico do sul dos Estados do Maranhão e do Piauí em busca do sonho de melhoria de vida.

O território Vale do Juari já ocupado por estes posseiros em terras devolutas, começou a mudar sua configuração a partir dos anos 60 com a construção da rodovia

federal BR 153, como dito anteriormente, que se definiu como ponto de atração e dominação.

No primeiro caso, estimulando a migração de centenas de famílias para o Projeto de Colonização Bernardo Sayão, criados pelo governo de Goiás, além da chegada de pequenos proprietários para região estimulados pela propaganda de terras férteis e baratas, vieram em busca da oportunidade de aumentar suas terras expandir sua produção e de garantir a reprodução social da família. No segundo caso, com a chegada do capital latifundiário na região subsidiados pelo governo militar, que iniciou processos de expropriação dos posseiros que já viviam na região e também explorou os trabalhadores rurais que vieram de varias partes do nordeste, sudeste para trabalhar nas derrubadas das matas para formação da pastagem para a pecuária.

A chegada do capital com as fazendas de pastagens provocou, além da expropriação dos camponeses posseiros, a migração de centenas de trabalhadores que chegaram principalmente do nordeste que migraram após os anos 70 para trabalhar nas derrubadas das matas para a formação de pastagens.

A este respeito Martins (2003), explica que as migrações temporárias não cíclicas, no seu texto: *O vôo das andorinhas, migrações temporárias no Brasil*, “Camponeses, sobretudo filhos de camponeses (pequenos proprietários, posseiros, parceiros ou arrendatários) levados do Maranhão, de Goiás e de outras regiões para trabalhar como peões na derrubada da mata e formação de fazendas em regime de peonagem, na região amazônica e mesmo em regiões pioneiras do Sul”. (MARTINS, 2003:51).

Como esse território fica a 70 km da BR 153, foi diretamente impactado com o Decreto Lei nº 1.164/71, que estabelecia que as terras devolutas na faixa de 100 km às margens das rodovias na Amazônia Legal poderiam ser desapropriadas para interesses de segurança e desenvolvimento nacional. Esta manobra política e jurídica beneficiou diversos grupos econômicos e empresários rurais, com a doação de terras nesta faixa de extensão.

A mudança na maneira de produzir causou a expropriação dos posseiros, o êxodo rural, a perda da produção para a sobrevivência da família destes trabalhadores que foram inseridos em relações de monetarização desestabilizando seu *modus vivendi*. Mas também desencadeou na década seguinte violentos conflitos agrários na região, pelo confronto

desses camponeses (posseiros, trabalhadores rurais explorados e proletarizados) com latifundiários na defesa de seus territórios.

Tais fatos ficaram gravados na memória coletiva dos camponeses que nos seus relatos orais exprimem os acontecimentos vividos da expropriação de suas terras, que já tinham o direito de posse, como é narrado pela moradora do assentamento Juari:

De 62 pra cá, provavelmente isso já vem rodando, e cada vez mais vem fechando a moita, só fechando a moita vem rodando uma maneira... diferente né!... entrando uma coisa assim... sei lá!, .pra isso tinha que se deixado por Deus. A bola pequena vem entrando no meio da grande (latifundiários) e a bola grande no meio da pequena e vai fechando a moita. (...) ai entrou sabe, entrou aquela turma dizendo que era meu, que era meu , tenho documento, tenho documento, tenho documento, ai se sabe gente fraca. Eles mostrava (documento) para gente dizendo: eu sou dono, se vocês quiser ler, mas ai nós não sabia ler.. ai meu pai saiu, nós tudinho saiu. (MSS, 77)

Os conflitos entre os latifundiários e camponeses, ocorreram em diversas circunstancias, desde as investidas sobre as terras dos posseiros, as condições degradantes de trabalhos nas aberturas das áreas para a formação de pastagens como também no enfrentamento de pistoleiros, com polícia em casos de ocupação dos latifúndios pelos trabalhadores. Assim como, as circunstâncias foram diversas, os mecanismos utilizados pelos latifundiários para intimidar os trabalhadores também foram inúmeros (ameaças, torturas, assassinatos) utilizados amplamente pelos latifundiários com aquiescência de policias, delegados, juízes e demais autoridades locais e regionais.

As tensões em torno da posse da terra foram se agravando na medida em que o projeto capitalista de ocupação de terras ia se consolidando e as áreas das florestas ficando quase totalmente ocupadas pelo latifúndio. Isso aconteceu porque assim que avançavam sobre as terras dos posseiros estes foram forçados a migrarem para as periferias das cidades mais próximas já que a ocupação foi massiva e não tinha mais áreas desocupadas para se instalarem. “Contraí-se o espaço do campesinato e a presença do arame farpado é a marca do processo”. WOOTMANN (2009:229).

A propaganda do eldorado na amazonia criou uma certa euforia e expectativa dos trabalhadores falta de opção de trabalho deixou estes trabalhadores submetidos ao

agenciamento e exploração do *gato*⁵, figura presente nos processos de exploração do trabalho camponês. Conforme o relato do entrevistado (RPS, 78 anos), o “*gato*” *não dá camisa pra ninguém. Quem trabalha para gato, trabalha para três. O gato, o fazendeiro e pra tua família.* (RSP, 78 anos morador do assentamento Nossa Senhora Aparecida)

Estes posseiros expropriados de suas terras foram se misturando aos pequenos proprietários que não conseguiram ampliar suas terras ou serem incluídos no projeto de colonização do Governo, aos trabalhadores rurais que vieram de outras regiões para trabalharem na derrubada da floresta para a formação de pastagens, que depois do término da “forma” da pastagem, ficavam desempregados e assim como os posseiros, que tiveram suas terras expropriadas.

Apesar das condições desiguais em que se encontravam os trabalhadores e posseiros frente aos latifundiários, houve resistências às investidas dos latifúndios. Posseiros que já estavam na terra há vários anos ou há décadas lutaram para defender suas terras, trabalhadores que vieram de seus lugares de origens para trabalhar na derrubada da floresta também resistiram às condições a que foram reservados de meros fornecedores de mão de obra.

Esses diversos seguimentos camponês tinham em comum a sua condição de exclusão que os forçavam se submeterem às péssimas condições de vida nas pequenas cidades como Colinas do Tocantins, Pequizeiro e Couto Magalhães e às péssimas condições de trabalho nas fazendas. Desta forma, a luta para garantir a reprodução social da família foi se formando no entorno das periferias dessas pequenas e médias cidades, que não os ofereciam possibilidades de emprego urbano.

Para enfrentar o latifúndio esses camponeses contaram com o apoio do Padre da Igreja Católica do município de Colinas que fazia parte do movimento da Teologia da Libertação, tendência religiosa que fazia opção pelos pobres, e também com apoio da Comissão Pastoral da Terra-CPT, para organizarem-se politicamente para estruturar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região e ocupações dos latifúndios, dando apoio material para famílias, na organização, estratégias e principalmente apoio jurídico na luta e confronto contra os latifundiários e na defesa da violência dos pistoleiros e policiais.

⁵ Empreiteiros das grandes fazendas que recrutavam trabalhadores em diversas regiões do País, principalmente nos Estados do Nordeste para executar as derrubadas da mata na abertura das pastagens.

Contudo, mesmo diante das pressões de fazendeiros, pistoleiros, policiais, juízes, políticos locais, os trabalhadores foram se organizando em torno da igreja e de sindicatos e foram pressionando os latifundiários contra as expropriações das terras dos posseiros e pela realização de Reforma Agrária. Assim, a luta pela terra pela organização política foi uma estratégia que possibilitou a recriação de novas formas de reprodução das suas condições de vida através das políticas de criação dos assentamentos rurais.

A escassez de trabalho nas fazendas com o término da formação das pastagens e com a chegada da mecanização e implementos agrícolas na região e as condições de exploração e maus tratos que estes camponeses estavam submetidos foram às condições decisivas para se organizarem através sindicato. Da criação do sindicato nos finais dos anos 70, antes atrelado aos interesses dos fazendeiros, levou-se nove anos para que de fato se tornasse representante dos interesses dos camponeses.

Nas primeiras ocupações no Vale do Juari, em meados dos anos 80, (fazendas Juarina e Juari) os camponeses ainda não tinham o apoio do sindicato, mas com as pressões dos fazendeiros de todas as formas (psicológicas e físicas) e a necessidade de uma organização que os representassem e os defendessem, fez com que os camponeses tomassem a direção do sindicato elegendo uma direção comprometida com a luta pela terra e que os apoiassem nos intensos conflitos por terras.

A reorientação do sindicato para as bases sindicais dos trabalhadores do campo foi uma referência para outros camponeses (posseiros, trabalhadores rurais, meeiros) que estavam expropriados às margens das pequenas cidades que circundam o Vale do Juari. Para estes trabalhadores rurais e posseiros, enfrentar os conflitos ou até a morte na ocupação da terra, era melhor que as incertezas e más condições dos trabalhos nas grandes fazendas da região.

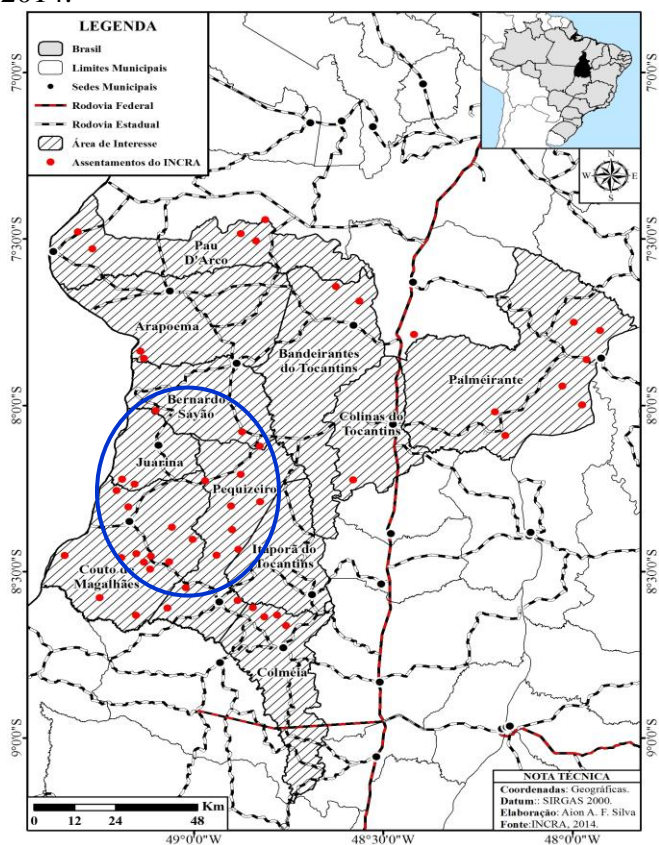
O sonho de melhoria de vida motivou estes camponeses a ocupar os latifúndios pecuaristas, uma vez que trabalharam durante toda vida como empregados, meeiros ou arrendatários nas grandes fazendas da região, derrubando mata, plantando roça, fazendo cerca, “batendo juquirá” (limpar pasto) e também como vaqueiro. Vira na ocupação a oportunidade de acabar com a sujeição ao grande fazendeiro e como estratégia para garantir a reprodução social de sua família de forma autônoma.

O assentamento se apresentava então como a única saída para um grupo de trabalhadores que vinham com histórico de vida de exploração do seu trabalho em terras de terceiros desde gerações passadas, não vendo, portanto, perspectivas de nesta condição dá dignidade a sua família e de serem livres para decidir os rumos de sua vida.

Deste modo, ao final dos anos 80 os camponeses já haviam conseguido desapropriar 3 (três) latifúndios, que foram transformados em assentamentos de reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. Nestes assentamentos rurais foram cadastradas 798 famílias.

Nos anos 90, eclodiram novas ocupações de terras nessa região dado ao avanço da organização social e da organização sindical camponesa. Foram ocupadas outras fazendas e implantados mais 08 assentamentos rurais o que modificou em muito esse território com reocupação das terras pelas famílias camponesas que se estabeleceram em definitivo nessa fronteira migratórias. Atualmente neste território somam-se 31 assentamentos rurais, já são 3.093 famílias assentadas. (Incra, 2014).

Figura 1. Mapa dos Assentamentos Rurais implantados no território do Vale do Jauri desde década de 80, Estado do Tocantins, Brasil. 2014.



Fonte: Aion, Incra, 2014.

Segundo Menezes (2002:74), em suas análises sobre os processos migratórios das populações camponesas, “Alguns conseguem, em determinado momentos dos ciclos de vida alcançar as condições de reprodução que os definem como camponeses, enquanto outros têm suas trajetórias marcadas pelo deslocamento permanente e simultâneo entre duas formas de reprodução”.

Pelo menos nessa região as ocupações dos latifúndios mostravam-se para estes camponeses como a recriação de suas condições de vida, pela retoma tomada de suas terras, possibilidade de autonomia frente ao patrão como também, o controle sobre seu trabalho e sobre o produto do seu trabalho para garantir a reprodução social da família pela posse da terra através da criação dos assentamentos rurais. São, portanto, para os camponeses a concretização do que Martins (1986:61) define como o “reencontro do lugar de trabalho com o lugar de festa”.

Considerações finais

Analisar o fenômeno da migração na região norte de Goiás é refletir sobre a complexidade desta questão nesta região de fronteira, nas diversas trajetórias sociais das famílias camponesas determinadas pelas relações sociais díspares que resultaram no bloqueio, na exclusão, na expropriação e na inclusão de camponeses e os diferentes contextos históricos que estes sujeitos estavam envolvidos.

Na primeira metade do século XX a região foi predominantemente marcada por posseiros que migravam numa condição singular para permanecer camponês buscando em grupos de famílias condições objetivas para manter e proteger a família. Eram, portanto camponeses expulsos de suas terras ou de outrem pela precariedade da sua condição de vida e que vieram busca de terras “livres” para reproduzirem socialmente.

Já na segunda metade do século XX, a região foi sendo povoada por uma complexidade de relações sociais em que os atores sociais também migravam em busca do sonho da conquista da sua própria terra, seja pela doação do Estado, ou pela posse das

terras que ainda estavam liberadas ou ainda pela compra da terra fruto do trabalho nas fazendas. Estas diversas situações migratórias ocorreram de forma simultâneas.

Como este trabalho buscou mostrar, que a trajetória dos migrantes é marcada pela persistente busca pela terra como garantia a reprodução familiar, e que para conseguir esta a segurança, famílias inteiras se organizaram, tecendo redes sociais pelas relações de parentesco ou vizinhança para auxiliar na conquista da terra. O acesso a terra pelas políticas de colonização e principalmente pela ferrenha luta desses camponeses com os latifundiários do norte de Goiás e nos arredores do Vale do Juari, terminaram com sucessivas trajetórias migratórias dessas famílias que passaram por outras regiões, estados e cidades até se estabelecerem no Vale do Juari.

Para isso, utilizaram várias estratégias para garantir a sua reprodução social. Inicialmente com a migração em núcleos familiares devido às péssimas condições de vida, vindo do nordeste para o Goiás em busca de “terras livres” para plantar e criar gado às soltas. Posteriormente aos incentivos públicos e motivações do volume de terras desocupadas como a migração de homens (como braços para a abertura das fazendas) e também com os seus núcleos familiares e relações de amizade em situação diversas: posseiros, meeiros, expropriados por capitalista, pequenos agricultores e colonos. Após serem expropriados pelos capitalistas agrários foram motivados pela CPT a se organizar social e politicamente em sindicato para defender na força física e na justiça o direito a terra para a segurança familiar.

Essa luta pela terra territorializada no espaço e tempo se coloca como um processo díspar dos atuais processos migratórios em busca de trabalho, que as populações campesinas vêm enfrentando, com o avanço do capital agrário sobre seus territórios no Brasil e em toda América Latina. Tal fato ratifica a relevância da organização, luta e resistência camponesa na defesa dos seus territórios, da reforma agrária e das políticas sociais para as populações do campo pondo fim a sua eterna luta para ter acesso a seu pedaço de chão.

Referências Bibliográficas

BORGES, Barsanufio Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional – 1930-1960**. Goiânia: Editora da UFG , 2000.

CARNEIRO, Maria Esperança. **A Revolta Camponesa de Formação e Trombas**. Goiânia. Imprensa da UFG, 1988. (Dissertação de Mestrado).

CUNHA, Paulo Ribeiro Cunha. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980// Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, p 57- 70, 2009.

GARCIA JR., Afrânio. **O Sul - caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, Brasília DF : Editora da UnB, MCT-CNPq, 1989.

MAIA, Claudio Lopes. Os donos da Terra: **A disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira- a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950-1960**. (Tese de doutorado- Universidade Federal de Goiás, programa de pós graduação em História, 2008)

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **Não a terra para plantar neste verão. 1981**

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Expropriação e Violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, João Pessoa : EDUFPB, 2002.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **“Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba : migração, família e reprodução da força de trabalho**. M. Phil Thesis. Campina Grande: universidade Federal da Paraíba, 1985.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MENEZES, Marilda Aparecida. **Texto: migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões.** 2009. Disponível em <http://inscal.blogspot.com.br/2009/06/migracoes-rurais-no-brasil-velhas-e.html>. Acessado em 13 de junho de 2014.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Contribuições metodológicas para análise das migrações.** In: DEMATINI, Z.B.F; TRUZZI, O. (orgs) Perspectivas metodológicas. São Paulo: Edufscar, p. 53-86, 11. 2005

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Destinos e Trajetórias de Camponeses Migrantes.** In: Anais VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, vol. 3ABEP, pp, 161-177, 1992.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino.

OLIVEIRA, Francisco. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista.** Seleção Cebrap1, 3ª edição, 1977.

SINGER, Paul. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o estudo: Economia Política da Urbanização,** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

WOORTMAN, Klass. **Migração, família e campesinato.** IN: Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas. Vol. 1 . organização Clifford Andrew Welch... [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, p.217-238, 2009.